

APROXIMAÇÃO

Águas Claras

MP DFT-FÓRUM DE ÁGUAS CLARAS



Em sintonia com os três princípios norteadores desta gestão, o projeto “Aproximação”, por intermédio do diálogo, do equilíbrio e do resultado, busca, primordialmente, interação eficiente com todos os integrantes das diversas unidades do MPDFT.

Com base nesse propósito, subsidiado por um diagnóstico pormenorizado de cada unidade de nossa Casa, a Administração Superior visitará as Coordenadorias das Promotorias de Justiça do MPDFT, visando a discutir de forma compartilhada os desafios, as conquistas e os novos caminhos que queremos para nossa Instituição, principalmente para a elaboração do novo planejamento estratégico.

Nesta revista será possível encontrar os destaques da visita realizada, com os principais temas discutidos na unidade, considerando as peculiaridades da localidade e suas demandas específicas. O objetivo desta publicação é proporcionar aos integrantes da Casa um documento com o resumo dos principais momentos das visitas às coordenadorias.

Penso que somente com integração, com troca de informações entre as coordenadorias e a Administração Superior, é possível estabelecer um diálogo efetivo, apto a produzir resultados.

A perspectiva de aprimoramento da comunicação entre a Administração Superior e a coordenadoria nos permitirá prospectar ações, definir prioridades e tomar decisões de maneira mais eficiente e atenta à realidade.

Convido você a conhecer este material e a participar da busca por uma gestão articulada, que una as demandas dos integrantes do MPDFT às necessidades da população do Distrito Federal. Esse é o nosso maior objetivo com este projeto.

A área geográfica de atuação da Coordenadoria de Águas Claras abrange 3 Regiões Administrativas: Águas Claras, Vicente Pires e Arniqueiras. A Região Administrativa de Águas Claras (RA XX), foi desmembrada oficialmente de Taguatinga em 2003. Seu nome é uma referência ao córrego de Águas Claras e à Granja Modelo Águas Claras, que fazia parte do sistema de produção rural do DF, ora utilizada como residência oficial do Governador do Distrito Federal.

A localização estratégica de Águas Claras, na confluência de Taguatinga, do Guará e Park Way, além da proximidade ao Plano Piloto, contribuíram para que se transformasse em um dos principais polos comerciais do DF, com diversidade e qualidade de serviços. Considerando que a cidade é uma das mais recentes áreas urbanas implantadas no Distrito Federal e que não está totalmente construída, apresenta crescimento populacional acelerado.

Por sua vez, a Região Administrativa de Vicente Pires (RA XXX) foi criada em 2009, desmembrada da Região Administrativa de Taguatinga. O nome da cidade Região Administrativa é atribuído à Colônia Agrícolas Vicente Pires, que foi assim denominada devido ao córrego existente na região. Em 1º de outubro de 2019, foi publicada a Lei Distrital nº 6.391 que criou a Região Administrativa de Arniqueira (RA XXXIII), cujo território corresponde a 42,5% do território original de Águas Claras.



A Promotoria de Justiça de Águas Claras foi instalada em 11/4/2016 e **conta hoje com 9 promotorias de Justiça**



Águas Claras tem 233.096 habitantes. **7,84% da população do DF**



A área das RA atendidas é de 59,2 km² **1,02% do território do DF**

A Promotoria de Justiça de Águas Claras foi instalada em 2016 e conta hoje com 9 promotorias de Justiça e 35 servidores. A coordenação de Águas Claras está sob a responsabilidade do promotor de Justiça Marcelo Henrique de Azevedo Souza, que foi eleito ao cargo para o biênio 2019/2020.





Em continuação ao projeto “Aproximação”, a procuradora-geral de Justiça, Fabiana Costa, acompanhada de sua equipe, visitou a Coordenadoria Administrativa de Águas Claras. O objetivo primordial do projeto é aprimorar a comunicação e fortalecer a linha de diálogo entre as unidades do MPDFT.



Integrantes da Coordenadoria de Águas Claras participaram da apresentação da procuradora-geral, Fabiana Costa. Restou destacado o afinamento da unidade com os objetivos do planejamento estratégico do MPDFT, tendo como consequência a realização de 92% das iniciativas em 2019.

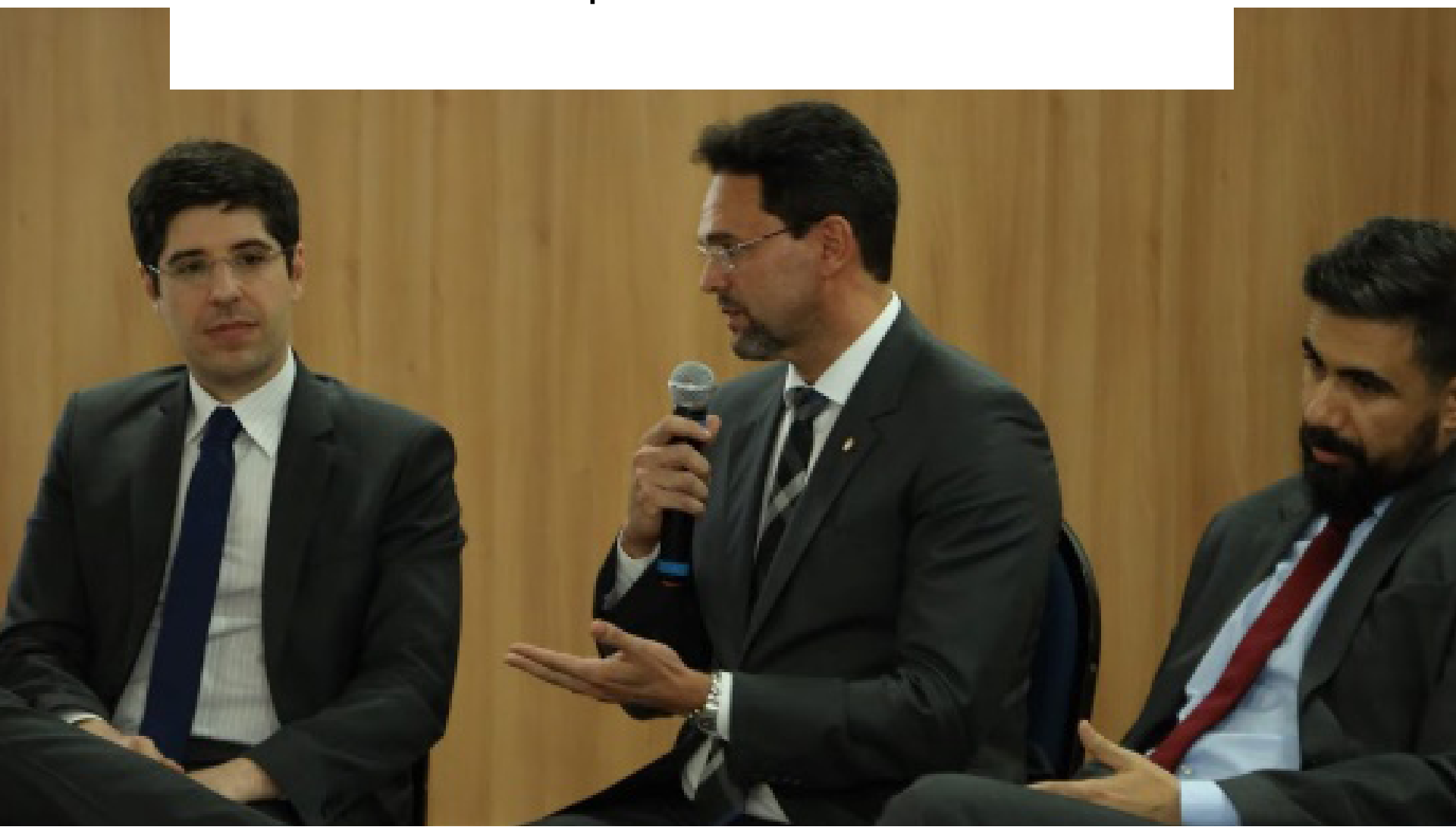




A vice-procuradora-geral Selma Sourbronn e a promotora de Justiça Cristina Rasia destacaram a importância do programa de autocomposição a fim de apoiar os membros e servidores envolvidos na implementação dos acordos de não persecução penal.

O assessor de Políticas Institucionais, Andre Cappi (acima à direita) enfatizou o empenho da Administração Superior em criar um protocolo visando estabelecer uma padronização dos serviços que darão apoio à celebração dos acordos de não persecução penal, bem como estrutura física específica para que esse trabalho seja realizado da maneira adequada.

O diretor-geral, Wagner Castro (abaixo), destacou os projetos realizados pela coordenação e ressaltou que, “em razão da dedicação e compromisso dos nossos servidores e membros, é possível visualizar um Ministério Público capaz de transformar a vida das pessoas”.





O assessor de Políticas de Segurança do MPDFT, promotor de Justiça Nísio Tostes, apresentou o trabalho realizado na segurança institucional e destacou a importância dos cursos oferecidos para aprimoramento e treinamento dos agentes de segurança, membros e servidores do MPDFT.

Os promotores de Justiça Leonardo Otreira (acima), Raoni Maciel e Jorge Mansur acompanharam a reunião e apresentaram as atividades exercidas no Ncyber, no Nupri e no Núcleo do Tribunal do Júri e de Defesa da Vida.





Marcelo Henrique Souza, coordenador administrativo de Águas Claras, destacou o pioneirismo da unidade no que se refere ao acordo de não persecução penal e os desafios que enfrentam.





“A Promotora de Águas Claras foi instalada numa época de restrição orçamentária e com isso tivemos muitos desafios, que só foram superados com o empenho excepcional de todos os servidores”, destacou Luanda de Carvalho (acima à direita), chefe de gabinete da coordenação.

“Fazendo curso de autocomposição, eu descobri que me achei no MP, hoje eu posso dizer que estou no lugar certo. Eu tive oportunidade de participar de uma mediação e comecei a não olhar mais o processo como um papel e pude ver que vale a pena insistir nesse projeto”, revelou a servidora Laíla Nery Silva (acima à esquerda).





Os promotores ressaltaram os obstáculos encontrados na unidade, como a alta demanda de processos da coordenadoria.

O promotor de Justiça Alan Estevão (à direita) sugeriu a realização da oficina da parentalidade e a implementação do acompanhamento dos interditados na coordenadoria.

“A Luanda é excepcional. Toda equipe é comprometida e engajada. São pessoas que fazem com que Águas Claras seja um dos melhores lugares para trabalhar no MP”, revelou o promotor de justiça André Allisson (acima).



A Administração Superior visitou as instalações das Promotorias em Águas Claras.



A programação do evento também incluiu a apresentação do projeto “Dialogar é Prevenir”, coordenado pela assistente social Solange Felix, do Setor de Análise de Psicossocial em Águas Claras, em parceria com o lesb. O projeto é desenvolvido pelo Núcleo de Direitos Humanos e tem como objetivo possibilitar alternativas de superação de conflitos familiares, com técnicas que favorecem o fortalecimento de vínculos e instrumentos de diálogo, prevenindo, assim, casos de violência doméstica.

Na ocasião, a professora do curso de psicologia do lesb e orientadora do projeto no centro universitário apresentou o trabalho desenvolvido pelos grupos criados e os desafios apresentados nas comunidades.





A Administração Superior conheceu o trabalho desenvolvido pelo Centro Social Formar, que acolhe, em contraturnos, 120 crianças e adolescentes de 6 a 14 anos em Águas Claras. O Centro é uma associação civil fundada em 1988 e tem, entre os principais objetivos, o de prestar serviços de interesse público, gratuito, sistemático e contínuo aos usuários da assistência social e o de promover-lhes acesso a benefícios e serviços, fortalecendo a rede de proteção social da região.

A Instituição é apoiada pelo MPDFT e recebe recursos por intermédio do projeto “Nós podemos muito mais: trabalhando em rede com a rede” e força de trabalho proveniente do cumprimento de penas alternativas.



Órgãos da Administração Superior do MPDFT

Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Procuradora-Geral de Justiça, Fabiana Costa Oliveira Barreto

Vice-Procuradoria-Geral Jurídico-Administrativa
Procuradora de Justiça Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza

Vice-Procuradoria-Geral de Justiça Institucional
Procurador de Justiça André Vinícius Espírito Santo de Almeida

Corregedoria-Geral
Procurador de Justiça José Valdenor Queiroz Júnior

Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça
Promotor de Justiça Moacyr Rey Filho

Secretaria-Geral
Promotor de Justiça Wagner de Castro Araújo

Assessoria de Políticas Institucionais
Promotor de Justiça André Luiz Cappi Pereira
Promotor de Justiça Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur

Ouvidoria
Promotor de Justiça Libanio Alves Rodrigues

Esta é uma publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2,
Sede do MPDFT, Brasília-DF, CEP 70.091-900
Telefone: (61) 3343-9500

Texto:
Secretaria de Planejamento
Programação visual, diagramação:
Secretaria de Comunicação
Revisão de Texto: Samara Almeida.

© 2019 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que
citada a fonte.

Arquivo digital - julho/2020





MPDFT
60 ANOS



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Missão do MPDFT

Promover a justiça, a democracia,
a cidadania e a dignidade humana,
atuando para transformar em
realidade os direitos da
sociedade.



Ouvidoria
MPDFT

127
www.mpdft.mp.br/ouvidoria

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2,
Sede do MPDFT, Brasília-DF, CEP 70.091-900
Telefone: (61) 3343-9500 | www.mpdft.mp.br

 [mpdftoficial](#)  [mpdftoficial](#)  [mpdft](#)  [mpdftoficial](#)